



Fundamentos para o estudo do letramento

de comunidades
pesqueiras e aqüícolas
no Brasil no âmbito da
Política para a Formação
Humana na Área da Pesca
Marinha, Continental e
Aqüicultura Familiar

CARMEN HELENA MOSCOSO LOBATO

PALAVRAS-CHAVE:

Letramento; Comunidades Pesqueiras; Educação Profissional.

KEY WORDS:

Literacy; Fishing Communities; Professional Education.

Resumo

O artigo apresenta alguns fundamentos para o estudo do letramento de comunidades pesqueiras e aqüícolas no Brasil, no âmbito da Política de Formação Humana na Área da Pesca Marinha, Continental e Aqüicultura Familiar, criada a partir do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a Seap/PR e a Setec/MEC, em dezembro de 2006. Tais fundamentos deverão orientar os estudos sobre a relação que as comunidades pesqueiras e aqüícolas brasileiras mantêm com a escrita em suas práticas sociais, o que deve ser considerado no planejamento e implementação dos programas educacionais destinados à formação e capacitação profissional de pescadores e aqüicultores para a gestão e o aproveitamento sustentável de recursos pesqueiros e aqüícolas no país, que é o objetivo maior da política acima referida.

Abstract

The work presents some basis to study the literacy of fishing and aquiculture communities that take part in educational programs on the scope of Human Formation Policy in Marine and Continental Fishing, and Familiar Aquiculture Areas. That Policy was implemented from the Cooperation Agreement celebrate, in 2006, between the Special Secretary of Fishing and Aquiculture of the Brazilian Republic Presidency and the Technological and Professional Education Secretary of the Brazilian Ministry of Education. The study of the relations that those communities would maintain with writing in their social practices – the literacy study – will subsidize the elaboration of educational programs to the professional formation of those communities.

Introdução

Nas sociedades letradas, em cuja base de organização e funcionamento se encontram os usos da língua escrita, sabe-se que as relações que sujeitos e comunidades mantêm com a leitura e a escrita são de distintas e variadas naturezas, o que nos autoriza a pensar em níveis e tipos de letramento, de acordo com a forma como os sujeitos e as comunidades se inserem nas práticas sociais letradas.

Sabe-se ainda que, nessas sociedades, qualquer programa de educação formal, desenvolvido no modelo escolar, baseia-se na leitura e na escrita, o que dá ao letramento – entendido como a relação que sujeitos e comunidades mantêm com a escrita em suas práticas sociais – uma importância fundamental para a participação efetiva nos projetos educacionais.

É nesse sentido que, neste trabalho, discutimos alguns fundamentos para o estudo do letramento de comunidades pesqueiras e aquícolas no Brasil, proposto para ser implantado nos núcleos de pesquisa aplicada criados a partir da Política para a Formação Humana na Área da Pesca Marinha, Continental e Aqüicultura Familiar. Tais fundamentos devem orientar a construção do perfil de letramento das comunidades pesqueiras e aquícolas que participam dos programas educacionais no âmbito dessa política, conhecimento que deve subsidiar os planos e programas de educação profissional, articulados à elevação da escolaridade dos sujeitos, que são desenvolvidos nessas comunidades.

Nas sociedades letradas, em cuja base de organização e funcionamento se encontram os usos da língua escrita, sabe-se que as relações que sujeitos e comunidades mantêm com a leitura e a escrita são de distintas e variadas naturezas.

1. A Política para a Formação Humana na Área da Pesca Marinha, Continental e Aqüicultura Familiar no Brasil

A Política para a Formação Humana na Área da Pesca Marinha, Continental e Aqüicultura Familiar tem sua origem no Acordo de Cooperação nº 2, de 18 de dezembro de 2006, celebrado entre a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República – Seap/PR – e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério de Educação – Setec/MEC –, para o desenvolvimento de planos e programas de formação e capacitação para a gestão e aproveitamento sustentável de recursos pesqueiros e aquícolas no país. Sua implementação ocorre através de ações de diferentes naturezas, sob a responsabilidade da Seap e da Setec, em parceria com entidades dos diversos setores da sociedade, na esfera federal, estadual e municipal, assim como organismos internacionais interessados no desenvolvimento dessas ações.

À Setec/MEC cabem, primordialmente, as ações que integram o ensino, a pesquisa e a extensão, que, coordenadas pelas instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, promovam a formação profissional de pescadores, aquícultores e demais trabalhadores do setor pesqueiro, articulada a programas de elevação da escolaridade dos membros dessas comunidades. Entre esses programas educacionais, estão, por exemplo: cursos de formação inicial e continuada e cursos técnicos de nível médio para pescadores artesanais, aquícultores familiares, trabalhadores da pesca industrial embarcada e da indústria pesqueira, bem como cursos de tecnologia nas áreas de pesca e aquíicultura, para a formação de profissionais em recursos pesqueiros e aquícolas no país.

Em se tratando mais especificamente da atividade de pesquisa, estão sendo criados, junto às instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em parceria com outras instituições de pesquisa científica e produção tecnológica, e com a participação de entidades representativas dos setores aquícola e pesqueiro do país, núcleos de pesquisa aplicada, com vistas à produção e à difusão de conhecimento científi-

co e tecnológico nas áreas da pesca marinha, continental e aqüicultura familiar. Conhecimentos e tecnologias para promover a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das comunidades pesqueiras e aqüícolas no país também devem ser produzidos nesses núcleos de pesquisa, que incluem, assim, em suas linhas de investigação, trabalhos no âmbito das tecnologias sociais, especialmente aqueles na área educacional, para a promoção, com qualidade, da educação profissional dessas comunidades, articulada à elevação da escolaridade dos sujeitos desses setores.

É nessa última linha de pesquisa aplicada que se incluem os fundamentos da proposta de estudo objeto deste artigo, alguns dos quais discutiremos a seguir.

2. Fundamentos para o estudo do letramento das comunidades pesqueiras e aqüícolas no Brasil

Sendo parte dos programas educacionais implementados pelas instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, os cursos de formação profissional que são ministrados para as comunidades aqüícolas e pesqueiras do país constituem-se a partir do modelo escolar das sociedades letradas, que tem em sua base práticas de leitura e escrita para a apropriação de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades e competências, o que traz para o centro de nossa reflexão a necessidade de conhecer a relação que os sujeitos das comunidades pesqueiras e aqüícolas mantêm (ou não) com a escrita, seja em atividades de leitura ou de produção de materiais escritos. Isso se reveste de especial importância quando constatamos, como tem comumente acontecido, que boa parte dos pescadores no Brasil se mantém à margem das práticas sociais de escrita, inclusive porque permanece analfabeta ou com baixo nível de escolarização.

Desse modo, é necessário que se desenvolvam, nos núcleos de pesquisa aplicada, constituídos no âmbito da Política de Formação Humana para a Área da Pesca Marinha, Continental e Aqüicultura Familiar, investigações que busquem analisar a relação dos membros das comunidades pesqueiras com a

escrita em suas práticas sociais, para subsidiar a elaboração dos programas educacionais que devem ser implementados nessas comunidades.

As pesquisas que analisam as práticas sociais de escrita, considerando os fatores antes mencionados, têm se desenvolvido nos estudos do que se denomina Letramento (KLEIMAN, 1995; TFOUNI, 1995; TERZI, 1995; SOARES, 2002/2007; CARVALHO, 2005; PEREIRA, 2005; MOLLICA, 2007), que, entre outros aspectos, buscam explicar, por exemplo, as várias formas de conceber o letramento; a relação entre a escolarização e os usos da língua escrita, entre alfabetização e letramento; as formas de inserção de diferentes sujeitos na cultura letrada; a exclusão social relacionada com o baixo nível de letramento etc.

O conceito de Letramento que orienta nossa proposta de pesquisa envolve tanto a dimensão individual desse fenômeno como o seu caráter social. Assim, considera-se que o Letramento (de uma sociedade, uma comunidade ou mesmo de um sujeito) diz respeito à relação que o grupo ou a pessoa mantém com a escrita em suas atividades sociais, considerando tanto as habilidades individuais para utilizar a língua escrita (em práticas de leitura e de produção de textos), como o uso dessas habilidades nas práticas sociais nas quais ele está inserido.

Um aspecto do Letramento que cabe destacar é a amplitude e a complexidade dos fenômenos aos quais ele se refere, já que, como o Letramento se encontra diretamente relacionado com as demandas de leitura e escrita de distintas comunidades e sujeitos, em tempos históricos diversos, ele abrange múltiplas habilidades de leitura e escrita, que devem ser aplicadas a uma ampla variedade de materiais de leitura e escrita, compreendendo diferentes práticas letradas, que dependem da natureza, estrutura e aspirações das comunidades. Desse modo, a pesquisa sobre o Letramento deve sempre levar em conta os níveis e os tipos de usos da escrita que estão postos como exigência para os sujeitos ou os grupos nos contextos de suas atividades sociais.

Outro fator importante a ser considerado nos estudos do Letramento é o tipo de relação que se estabelece entre a escolarização e as práticas letradas (atravessadas pelo uso da escrita). Esse é outro ponto de alta complexidade nas análises que são realizadas na área. Isso porque, nas sociedades letradas – sociedades que

se organizam fundamentalmente por meio de práticas escritas – não apenas os sujeitos que adquiriram a escrita estão marcados pelo seu uso nas atividades sociais. Mesmo aqueles que não sabem ler e escrever, vivendo em uma sociedade letrada, estão expostos, em maior ou menor grau, aos usos sociais da escrita, o que aponta para o fato de que não existe a ausência total da escrita na vida desses analfabetos. Isso leva a questões, segundo Tfouni (1995, p. 21-25), como, por exemplo:

- Grupos sociais não-alfabetizados que vivem em uma sociedade letrada podem ser caracterizados do mesmo modo que aqueles que vivem em sociedades ‘iletradas’?
- Como estudar e caracterizar grupos não-alfabetizados cujo conhecimento, modos de produção e cultura estão perpassados pelos valores de uma sociedade letrada?
- Pode-se encontrar em grupos não-alfabetizados características que usualmente são atribuídas a grupos alfabetizados e escolarizados?

Além disso, há o caso, por exemplo, de sujeitos alfabetizados que se mantêm à margem de práticas sociais de leitura e escrita, podendo tornar-se, com o tempo, analfabetos funcionais; e a situação em que, mesmo tendo avançado na educação escolarizada, o sujeito não desenvolveu habilidades de leitura e escrita que lhe permitam participar ativamente de práticas letradas. Dessa forma, a relação entre a escolarização (ou a ausência dela) e as práticas de leitura e escrita (ou a ausência delas) é complexa numa sociedade letrada, exigindo estudos que determinem em que medida e de que forma sujeitos e comunidades se relacionam com a escrita no cotidiano da vida social.

Cabe ainda destacar alguns aspectos relevantes dos estudos do Letramento de comunidades e sujeitos que vivem nas modernas sociedades contemporâneas, industrializadas, letradas, marcadas pelo acelerado processo de desenvolvimento do conhecimento e da técnica, que são produzidos e distribuídos fundamentalmente a partir de práticas de leitura e de escrita. A respeito disso,

pode-se dizer que, embora o grau de letramento dessas sociedades não tenha, em si mesmo, relação direta com o desenvolvimento socioeconômico por que passam, muitos indicadores desse desenvolvimento – dentre os quais estão nível de escolaridade, índice de natalidade e mortalidade infantil, produto interno bruto – estão associados a esse grau de letramento. Dessa forma, entre os aspectos relevantes dos estudos do Letramento, está, por exemplo, aquele que, correlacionando o grau de letramento com os indicadores acima mencionados, permite compreender, em parte, a situação socioeconômica e cultural de uma comunidade.

Outro exemplo da importância dos estudos do Letramento de uma sociedade pode ser encontrado nos dados que eles podem fornecer a respeito da distribuição de habilidades e práticas de leitura e escrita por regiões geográficas ou econômicas, revelando tendências, perspectivas, assim como desigualdades na aquisição da escrita e do letramento, determinadas por fatores como idade, sexo, atividade produtiva, residência urbana ou rural etc.

Finalmente, os estudos sobre o Letramento são imprescindíveis tanto para a formulação de políticas quanto para o planejamento, a implementação e o controle de alguns projetos de inclusão social, de modo geral, e, em especial, de programas educacionais que não se reduzam a programas escolares isolados das exigências de letramento externas à escola, como é comum acontecer, mas que promovam a inclusão social através de práticas de leitura e escrita direcionadas para o desenvolvimento da competência comunicativa necessária para uma efetiva participação social.

Nesse aspecto, o Letramento se inclui no âmbito das tecnologias sociais¹, que são as chamadas tecnologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, representando soluções para a inclusão social e a melhoria das condições de vida. Em educação, são tecnologias que buscam a inclusão social através da promoção da aprendizagem significativa do aluno, de sua formação humana e experiência de cidadania.

1. Tecnologias sociais, neste trabalho, é concebida a partir dos estudos realizados pelo Instituto de Tecnologia Social (ITS), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), cuja missão é “Promover a geração, o desenvolvimento e o aproveitamento de tecnologias voltadas para o interesse social e reunir as condições de mobilização do conhecimento a fim de que se atendam às demandas da população” (CADERNO DEBATE, 2004).

O estudo do letramento das comunidades pesqueiras e aqüícolas no Brasil representa uma pesquisa no âmbito das tecnologias sociais.

Os fundamentos até agora discutidos devem nortear a pesquisa sobre os níveis e tipos de letramento das comunidades pesqueiras e aqüícolas que participarão dos projetos de formação e capacitação profissional no âmbito da Política de Formação Humana na Área de Pesca Marinha, Continental e Aqüicultura Familiar, para construir o perfil de letramento dessas comunidades, que deverá subsidiar a elaboração e implementação dos programas educacionais previstos para essas comunidades. Nesse perfil, deverá estar incluída não apenas a caracterização dos níveis e tipos de letramento que as comunidades apresentam, mas também as carências em termos das novas demandas de leitura e escrita que estarão colocadas a partir da implementação dos programas educacionais da referida política de formação humana, carências que devem ser consideradas no planejamento e implementação das ações educacionais, com vistas à sua superação ao longo do processo.

Para realizar esse estudo, deve-se, entre outras tarefas de investigação, buscar informações a respeito dos usos da linguagem escrita nas práticas sociais dessas comunidades, que é um dos fatores determinantes do modo como os sujeitos se inserem (ou não) nas práticas letradas, de acordo com a estrutura social estabelecida e as oportunidades e formas de aquisição da linguagem escrita, que também deverão ser analisadas. Nesse último aspecto, convém analisar a relação entre o grau de escolarização dos sujeitos (ou a sua ausência) e os usos que eles fazem (ou não) da linguagem escrita. A essas informações, de caráter social mais amplo, deverão ser somadas informações particulares a respeito das habilidades de leitura e escrita desenvolvidas (ou não) pelos sujeitos, que também poderão indicar possibilidades e/ou limites no processo de participação nas atividades sociais constituídas pelo uso da escrita, como é o caso das práticas educacionais. O cruzamento desses, e de

outros dados que se fizerem necessários para a realização das análises propostas para cada realidade, permitirá caracterizar o tipo e o nível de letramento da comunidade e dos sujeitos, especialmente quando se consideram, nessas análises, causas, conseqüências e implicações da forma como a escrita está presente na vida dos sujeitos e de sua comunidade, ou da sua eventual ausência no cotidiano das atividades sociais em que participam.

Por fim, o estudo do letramento das comunidades pesqueiras e aqüícolas no Brasil representa uma pesquisa no âmbito das tecnologias sociais, na medida em que é um estudo que dá subsídios ao planejamento de programas educacionais para a inclusão social dessas comunidades, historicamente vivendo em condições socioeconômicas bastante desfavoráveis. Além disso, o próprio estudo aponta para estratégias de desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita dos sujeitos, para a participação em práticas sociais que exigem essas habilidades, de fundamental importância nas sociedades letradas, o que o coloca como uma tecnologia social mesma, no âmbito educacional.

3. Considerações finais

Para os propósitos dos programas educacionais desenvolvidos a partir da Política de Formação Humana na Área da Pesca Marinha, Continental e Aqüicultura Familiar – programas de formação e capacitação profissional articulados à elevação da escolaridade dos membros das comunidades pesqueiras e aqüícolas no Brasil –, a pesquisa sobre níveis, tipos e novas demandas de letramento dessas comunidades constitui-se em uma das garantias de que esses programas não repetirão o fracasso daqueles que chegam à comunidade trazendo uma nova realidade, sem considerar, entretanto, a cultura, o modo de organização social, os conhecimentos, os valores e as práticas de letramento locais, não se tornando, portanto, significativos nem eficazes para elevar a qualidade de vida de seus membros, não promovendo a inclusão social.

Dada, então, a importância do estudo do letramento dessas comunidades, como vimos ao longo deste trabalho, é que discutimos alguns fundamentos para a sua realização e propomos que ele seja desenvolvido em todos os núcleos de pesquisa aplicada que estão sendo criados no âmbito da Política para a Formação Humana na Área da Pesca Marinha, Continental e Aqüicultura Familiar.

■ CARMEN HELENA MOSCOSO LOBATO

Doutora em Ciências Pedagógicas pelo ICCP/Cuba, mestre em Linguística Aplicada pela Unicamp e professora do Departamento Acadêmico de Letras do Cefet/MA. É líder do grupo de pesquisa linguagem e educação (Gepele), do CNPq, e participa do trabalho de implementação da Política para a Formação Humana na Área da Pesca Marinha, Continental e Aqüicultura Familiar.

Referências

CADERNO DE DEBATE. *Tecnologia social no Brasil - Direito à ciência e ciência para a cidadania*. São Paulo: Instituto de Tecnologia Social, 2004.

CARVALHO, Marlene. *Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

KLEIMAN, Ângela B. (org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. Termo de Cooperação Técnica nº 02/2006 que entre si celebram o Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República, no âmbito da Política para a Formação Humana na Área da Pesca Marinha, Continental e Aqüicultura Familiar. Brasília, 2006.

MOLLICA. *Fala, letramento e inclusão social*. São Paulo: Contexto, 2007.

PEREIRA, Marina Lúcia. *A construção do letramento da educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte, BH: Autêntica, 2005.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte, BH: Autêntica, 2002.

_____. *Alfabetização e letramento*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

TECNOLOGIA SOCIAL E EDUCAÇÃO: para além dos muros da escola. São Paulo: Instituto de Tecnologia Social, 2004.

TERZI, Sylvia Bueno. *A construção da leitura*. Campinas, SP: Pontes; Editora da Unicamp, 1995.

TFOUNI, Leda Verdiani. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1995. (Coleção Questões da Nossa Época; vol. 47.)